

Nota informativa



Resultados do PIB do 2º Trimestre de 2020

Terça-feira, 01 de setembro de 2020

RESUMO

- A retração do PIB no 2º trimestre de 2020 foi de -9,7% em comparação ao 1º trimestre de 2020, com ajuste sazonal, abaixo da mediana de mercado (-9,2%).
- Os destaques negativos pelo lado da oferta foram a forte retração, na margem com ajuste sazonal, da indústria (-12,3%) e serviços (-9,7%). Já pela demanda, o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (FBCF) caíram, na margem, -12,5% e -15,4%, respectivamente.
- Apesar da forte queda do PIB, a redução da atividade está entre as menores em relação as principais economias. Por exemplo, a queda no 2º trimestre nos países do G7, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019, foi de -11,9%. Algo semelhante ocorre para os países emergentes como Chile, México e Índia foram de -13,7%, -19% e -23,9%, respectivamente.
- As projeções dos analistas de mercado melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria.
- A melhora das projeções da variação do PIB no 2º trimestre ao longo dos últimos dois meses está relacionada com o sucesso das políticas econômicas que limitaram a deterioração do mercado de trabalho, manteve a estrutura produtiva e garantiu renda para as famílias mais pobres e para os trabalhadores informais.
- Os indicadores de maior frequência mostram que a atividade continua recuperando. No entanto, para que a retomada seja consistente, é importante a continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal.
- O diagnóstico do baixo crescimento da economia brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado.
- A agenda de reformas já está retomando, com a aprovação pelo Congresso Nacional que atualiza o marco legal do saneamento e diversos projetos que estão sendo tramitados como a mudança na lei de falências, aumento da competitividade no setor de gás e o desenvolvimento do transporte de cabotagem.



Introdução

A pandemia do Coronavírus tem afetado grande parte dos países ao redor do mundo e levado a atividade global para uma recessão sincronizada. A economia brasileira também foi fortemente abalada pelo Coronavírus. No entanto, as políticas econômicas implementadas pelo trabalho conjunto do Governo Federal e do Congresso Nacional impediram que a deterioração fosse ainda maior. O resultado do 2º trimestre do PIB brasileiro, embora apresente uma retração expressiva, registrou uma das quedas menos expressivas quando comparada a diversos países.

No 2º trimestre de 2020, a economia brasileira apresentou queda de -9,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, refletindo os efeitos negativos da pandemia e da quarentena na atividade econômica. Esse resultado é pior do que a mediana das expectativas de mercado (-11,9% a -7,0%; mediana de -9,2%; Bloomberg). Com isso, a atividade brasileira voltou a se retrair por dois trimestres consecutivos, algo que não ocorria desde o 4º trimestre de 2016.

Sob a ótica da oferta, o resultado do 2º trimestre de 2020 foi decorrente da retração dos setores de serviços (-9,7%) e indústria (-12,3%). Apenas a agropecuária cresceu (0,4%) no segundo trimestre do ano em comparação com o trimestre anterior, com ajuste sazonal. Do lado da demanda, deve-se destacar o avanço das exportações líquidas. As exportações cresceram 1,8% enquanto as importações recuaram 13,2%. Já os outros componentes da demanda, quando comparados ao resultado do primeiro trimestre deste ano, registraram queda, com destaque para o consumo das famílias (-12,5%), investimentos (-15,4%) e o gasto do governo (-8,8%).

Apesar da queda do PIB no segundo trimestre, os indicadores das pesquisas mensais do IBGE mostram que o vale da atividade foi em abril e que, desde então, a economia tem se recuperado. Os indicadores coincidentes também sugerem que o crescimento no 3º trimestre será elevado, revertendo parcialmente as perdas ocorridas no trimestre passado.

Análise do resultado do PIB do 2º trimestre de 2020

No 2º trimestre de 2020, a atividade econômica brasileira apresentou queda de -9,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior (-11,4% no resultado interanual), com ajuste sazonal. O resultado veio pior do que a mediana das expectativas de mercado, em termo de variação na margem, as projeções eram: i) Focus (mediana com o ajuste da SPE): -8,8%; ii) Bloomberg: mediana de -9,2% (mínima de -11,9% e máxima de -7,0%) iii) AE-Broadcast: mediana de -9,1% (mínima de -11,9% e máxima de -8,0%).

Deve-se salientar que a queda da atividade neste trimestre deverá ser a mais severa da pandemia do coronavírus, uma vez que já é possível identificar sinais de recuperação nos meses posteriores. A tabela abaixo apresenta a desagregação do resultado:

**Tabela 1 – Resultado do PIB do 2º trimestre**

	Variação % ante mesmo trimestre do ano anterior				anterior (com ajuste sazonal)				2020 (carry over)
	2019. III	2019. IV	2020. I	2020. I	2019. III	2019. IV	2020. I	2020. II	
PIB p.m	1.2	1.7	-0.3	-11.4	0.1	0.5	-2.5	-9.7	-9.1
Oferta									
Agropecuária	2.1	0.4	1.9	1.2	1.1	-0.7	0.5	0.4	1.1
Indústria	1.0	1.5	-0.1	-12.7	0.5	0.1	-0.8	-12.3	-9.5
Serviços	1.0	1.6	-0.5	-11.2	0.1	0.6	-2.2	-9.7	-8.9
Demanda									
Consumo das Famílias	1.9	2.1	-0.7	-13.5	0.5	0.4	-1.9	-12.5	-10.6
Consumo do Governo	-1.4	0.3	0.0	-8.6	-0.4	0.4	0.2	-8.8	-6.4
FBCF	2.9	-0.4	4.3	-15.2	1.5	-3.5	2.3	-15.4	-10.6
Exportação	-4.4	-5.1	-2.2	0.5	-2.2	2.3	-1.3	1.8	0.0
Importação (-)	2.2	-0.2	5.1	-14.9	0.2	-2.6	0.8	-13.2	-9.9

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME. *2020 = acumulado em 4 trimestre até 2020.II.

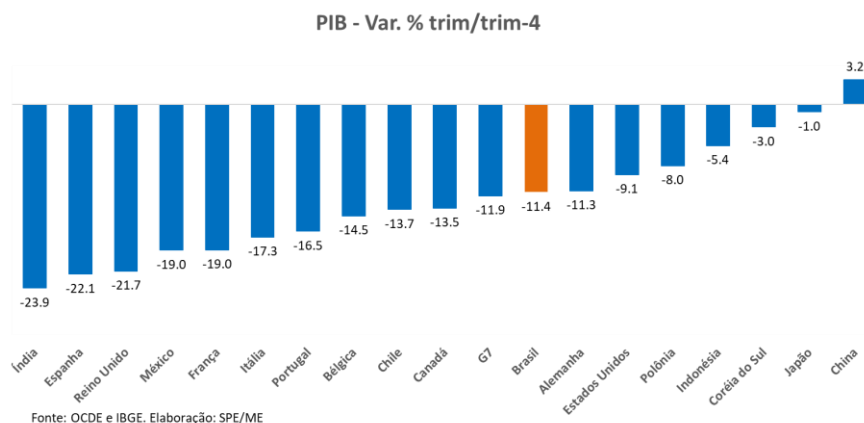
O destaque positivo veio de agropecuária, com alta de 0,4%. Além de ter sido pouco impactada pelas restrições do isolamento social, a safra de 2020 deverá ser recorde atingindo um volume de grãos 3,8% superior à obtida em 2019 segundo estimativa do IBGE (LSPA julho/20).

Os destaques negativos são os setores mais afetados pelo isolamento social ocorrido ao longo de todo o 2º trimestre, em maior ou menor grau. A indústria de Transformação (queda de 17,5%) teve como caso emblemático o setor automobilístico, que chegou a interromper suas atividades em abril e maio, retomando as atividades apenas parcialmente em junho. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, os dados da Anfavea mostram queda na produção da ordem de 98,7%, 84,3% e 57,2% para os meses de abril, maio e junho, respectivamente.

Outro destaque negativo veio de dentro do setor de Serviços. O subsetor Outros Serviços (queda de -19,8%) foi fortemente impactado pelo isolamento social uma vez que abarca, por exemplo, serviços de alojamento e alimentação que, segundo os dados do IBGE (PMS), tiveram queda de 54,2% comparado com o trimestre anterior (dados ajustados sazonalmente).

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias apresentou sua maior retração desde 1996 (desde o início das séries dos dados trimestrais), com queda de -12,5%, quando comparado ao primeiro trimestre deste ano. Os investimentos, apesar do bom resultado no 1º trimestre, retraíram 15,4%. Essa queda pode ser explicada, em parte, pela deterioração da produção de bens de capital, que recuou 34% no 2º trimestre (IBGE – PIM). Outra série que se relaciona com a piora da formação bruta de capital fixo é a queda significativa da indústria de construção civil, que retraiu -5,7% (pelo lado da oferta). Por outro lado, as exportações líquidas elevaram-se no 2º trimestre, devido a uma recuperação das exportações (1,8%) frente à retração das importações (-13,2%).

O resultado divulgado hoje pelo IBGE mostra que, embora a retração seja elevada, a queda do PIB no Brasil foi menor do que outros países, inclusive quando comparado a alguns países emergentes (Chile, México e Índia).



A menor deterioração deveu-se ao trabalho conjunto do Governo Federal e do Congresso Nacional na elaboração e implementação de políticas econômicas que suavizassem os efeitos do coronavírus. Um dos objetivos de tais medidas foi justamente atenuar os impactos negativos sobre a economia, buscando a preservação dos empregos e à sobrevivência das empresas. Outro propósito das medidas implementadas foi o de limitar o efeito da pandemia para os informais e para as famílias mais pobres, mantendo a renda de muitas famílias brasileiras nesse momento de maior necessidade.

Dessa forma, as medidas adotadas possibilitaram uma retomada mais rápida da atividade econômica, minimizando os efeitos negativos que essa pandemia pode gerar no longo prazo. O escudo de proteção social foi importante para evitar que muitos trabalhadores informais e famílias mais carentes ficassem desamparados no momento em que suas rendas foram severamente reduzidas.

Recuperação da atividade e a necessidade da agenda de reformas e consolidação fiscal

Apesar do resultado negativo no trimestre, os dados mensais dos indicadores de atividade indicam, de forma geral, que o mês de abril foi o mais impactado pelo afastamento social. As principais pesquisas de atividade do IBGE (PIM, PMS e PMC) corroboram essa análise ao mostrarem recuperação parcial nos meses de maio e junho (observar o primeiro bloco de dados na tabela abaixo - dados dessazonalizados mensais). Lembramos mais uma vez que este padrão não se aplica à agricultura (reportado pela LSPA), uma vez que este setor foi pouco impactado pela pandemia.

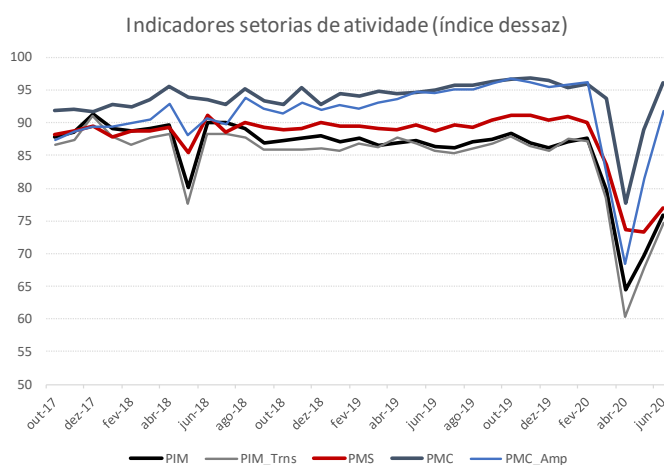
Tabela 2 – Pesquisas mensais de atividade

	Margem (%McM dessaz)					Interanual (%AcA)		
	Mensal		Trimestre jun-20	Carrego est. jun/2º trim	Mensal			
	abr-20	mai/20			jun-20	abr-20	mai/20	jun-20
PIM	-19.2	8.2	8.9	-17.5	8.4	-27.5	-21.9	-9.0
Transformação	-23.2	12.6	9.9	-19.9	10.4	-31.6	-23.7	-10.0
Extrativa	-0.5	-4.8	5.5	-3.1	1.9	9.8	-5.8	-0.9
PMC Rest.	-17.0	14.4	8.0	-7.8	9.7	-17.1	-6.4	0.6
PMC Ampl.	-17.4	19.2	12.6	-12.1	13.9	-27.4	-15.3	-0.9
PMS	-11.9	-0.5	5.0	-15.4	3.1	-17.3	-19.3	-12.0
IBC-Br	-9.6	1.6	4.9	-10.9	0.6	-14.8	-14.1	-7.1
	fev-19	mar-19	abr-19	mai-19	jun-19	jul-19		
LSPA	3.1	1.5	2.3	1.8	2.5	3.8		



O resultado negativo do 2º trimestre do PIB se relaciona com a coluna trimestre da tabela acima. As retrações do PIB e desta coluna da tabela são elevadas. No entanto, observando o carregamento estatístico, ou seja, considerando que os indicadores descritos na tabela acima permanecerão ao longo do 3º trimestre no mesmo nível atingido em junho (sem crescimento ou retração), vemos a expansão da indústria de transformação superar 10% no terceiro trimestre. As vendas no varejo também indicam crescimento elevado neste trimestre, próximo a dois dígitos. O setor de serviços que tem apresentado uma recuperação mais lenta.

Os dados interanuais mensais (terceiro bloco de dados) reportados na tabela acima evidenciam que, apesar da recuperação, ainda estamos aquém dos patamares vistos no ano passado. A única exceção é o comércio (PMC restrita), que retornou ao nível equivalente ao período anterior à crise. Os dados dessazonalizados expostos no gráfico abaixo ajudam a visualização dos dados.



Além das evidências já apresentadas nesta nota, outros dados mais tempestivos já disponíveis apontam para a continuidade da retomada no 3º trimestre (julho e agosto). Por exemplo, a produção e a venda de veículos, notadamente caminhões e motocicletas, em julho já evidenciam o processo de recuperação em curso. Outros dados relevantes para antecipar o comportamento econômico são a expedição de papel ondulado (ABPO), o fluxo de veículos pesados (ABCR), a produção de Aço (IAB), produção e consumo de energia (ONS) e o nível de utilização da capacidade instalada, que também corroboram esse movimento de recuperação da atividade.

Ademais, dados mensais do comércio e serviços, desde maio e junho, já tem indicado sinais de recuperação, que devem continuar no 3º tri.2020, segundo alguns indicadores antecedentes de julho, tais como a confiança (FGV) de empresários e de consumidores, das vendas do comércio SERASA, do varejo de São Paulo (ACSP) e gastos com cartões de crédito e débito (ICVA). Essa retomada em grande parte tem por base os estímulos das medidas governamentais adotadas, tais como o auxílio emergencial e o benefício emergencial, que tem ajudado a manter a renda e o emprego. Na mesma linha, as medidas de assistência às empresas, com facilitação do acesso ao crédito e financiamento, assim como flexibilização do recolhimento de tributos têm contribuído para recuperação do ritmo de atividade no País.



Conclusão

O resultado do PIB do 2º trimestre mostra a forte retração da atividade econômica, resultado da pandemia que assola a grande maioria dos países. No entanto, as medidas de preservação de emprego e manutenção da renda limitaram a deterioração mais aguda da economia. Os indicadores de mais alta frequência, diários e mensais, indicam que a atividade está recuperando.

Os resultados mais recentes têm levado os especialistas a revisarem suas projeções para uma recessão menor do que a projetada. No entanto, a recuperação pujante da economia só será possível com a retomada da agenda de reformas e consolidação fiscal. O diagnóstico do baixo crescimento da economia brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado.

As medidas de desregulamentação e redução de custo vão nessa direção: aumento da produtividade. A lei aprovada pelo Congresso Nacional que atualiza o marco legal do saneamento elevará os investimentos privados, levando saneamento básico para parte relevante da população que está desassistida. Outra medida que busca dinamizar a economia é a proposta que modifica a Lei de Falências de 2005. Essa medida possibilita o empresário fazer contratos de financiamento no período da recuperação judicial, amplia a possibilidade de financiamento das dívidas com a União e outras ações que buscam tornar mais céleres os ajustes das empresas. O objetivo do PL do gás é aumentar a competitividade do setor, elevando a oferta e barateando o custo, com claros benefícios para toda a sociedade. Outro projeto que está em análise com regime de urgência na câmara dos deputados é o PL que cria o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, que pretende ampliar a oferta de serviços de cabotagem na costa marítima, elevando a participação do transporte aquaviário, consequentemente reduzindo o custo de transporte do país.